

# A LÍNGUA, A MÍDIA & A ORDEM DO DISCURSO

MARCOS BAGNO  
Universidade de Brasília

## I. Introdução

I.1 Numa sociedade como a brasileira, marcada desde suas origens por uma divisão social profunda entre uma minoria privilegiada e uma imensa maioria marginalizada, a língua sempre foi um símbolo importante para as elites dominantes. “Saber português” é uma condição tida como *sine qua non* para que alguém se incorpore ao círculo dos que podem – é o melhor exemplo daquilo que Pierre Bourdieu chama de **distinção**. No entanto, o suposto conhecimento do “português correto” é uma mera fachada para justificar o emprego de outros instrumentos, mais complexos e sofisticados, destinados a preservar a desigualdade social. Afinal, num país tão racista, se a pessoa for negra ou índia, por exemplo, por melhor que conheça a norma-padrão tradicional, já estará excluída do acesso ao círculo dos privilegiados pela simples cor de sua pele. O mesmo se diga com relação a nordestinos no Sudeste, a homossexuais ou a mulheres, a cegos, surdos, deficientes físicos, em muitos âmbitos da vida social, econômica e política.

I.2 A difusão do **preconceito linguístico** não é novidade na história do Brasil. Pelo contrário, é uma das marcas da nossa formação histórica: desde o Diretório dos Índios, decretado pelo Marquês de Pombal no século XVIII para proibir o ensino das línguas indígenas e impor o português, passando pelo extermínio sistemático de centenas de povos indígenas e suas línguas, pela distribuição dos escravos africanos em lotes contendo indivíduos que não falavam as mesmas línguas, chegando ao século XX com o “crime idiomático” definido pela ditadura Vargas para coibir o uso do alemão, do italiano e outras línguas de imigração durante a II Guerra Mundial

I.3 Entretanto, em sua versão mais recente, essa difusão parece ser motivada por uma reação de alguns setores da elite mais letrada contra o nivelamento sociolinguístico que vem sendo detectado há pelo menos cinquenta anos na sociedade brasileira, devido sobretudo ao processo de intensa urbanização da nossa população, que trouxe para as grandes cidades as variedades linguísticas mais estigmatizadas, características da zona rural e, hoje, do cinturão **rurbano** que rodeia as nossas metrópoles.

I.4 O discurso em “defesa” da “língua portuguesa” supostamente ameaçada (por seus próprios falantes nativos...) começou a se tornar mais audível e visível nas manifestações de purismo linguístico dos grandes meios de comunicação. A partir dos anos 1990, esse fenômeno — que gosto de chamar de *comandos paragramaticais* — ganha amplo espaço na televisão, no rádio, nos jornais, nas revistas e na internet. Ressurgem, com roupagem tecnológica avançada, os antigos “consultórios gramaticais” da imprensa da primeira metade do século XX, quando imperavam figuras como o filólogo português Cândido de Figueiredo, nada cândido em suas diatribes reunidas sob o título parnasiano **O que se não deve dizer**, com apossíclise e tudo, e o gramático brasileiro Napoleão Mendes de Almeida, autor de um **Dicionário de questões vernáculas** onde o preconceito social é explícito e assumido contra “cozinheiras, engraxates, trombadinhas e infelizes caipiras”, conforme suas próprias palavras.

I.5 As grandes empresas de comunicação parecem querer assumir o lugar de depositária das “belas letras” e do “bom português” que a literatura moderna e contemporânea foi abandonando aos poucos, graças às novas tendências estéticas de experimentação com a linguagem, de valorização e estilização das variedades linguísticas desprestigiadas, de veiculação de crenças e ideologias antielitistas, de concessão de voz literária às camadas marginalizadas da sociedade, de hibridização intensa dos gêneros literários tradicionais etc.

I.6 Essas manifestações reacionárias do purismo linguístico nos meios de comunicação se chocam violentamente contra as diretrizes oficiais de ensino de língua, que – no Brasil e no mundo – procuram incorporar e aplicar os avanços das pesquisas da linguística teórica e aplicada. Parâmetros curriculares nacionais, programas de formação continuada de docentes, programas de incentivo à leitura, de distribuição de material didático, entre tantos outros levados a efeito pelas instâncias superiores da educação brasileira, negam peremptoriamente a validade do discurso purista diante do conhecimento acumulado pelas ciências da linguagem acerca da realidade do português brasileiro:

A imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos programas de difusão da mídia sobre “o que se deve e o que não se deve falar e escrever”, não se sustenta na análise empírica dos usos da língua.

*Parâmetros Curriculares Nacionais. Língua Portuguesa. 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental* (Brasília, MEC, 1998, p. 29)

I.7 Infelizmente, porém, essas vozes puristas têm grande audiência entre nós. Isso se deve, entre outras coisas, à transformação da “língua certa” em objeto de desejo precisamente das emergentes camadas C, D e E que reconhecem em seus modos de falar grandes diferenças com relação aos usos considerados “cultos” e tentam conquistar essa língua idealizada com vistas a uma suposta ascensão social que esse conhecimento permitiria. Essa demanda é atendida pelo mercado com a transformação dessa “língua” num bem de consumo supostamente acessível a todos e disponível sob as mais diferentes embalagens e modelos (programas de televisão e de rádio, colunas de jornal e de revista, programas para computador, CD-Roms, livros, revistas, fascículos, sites na Internet, cursos, tira-dúvidas por telefone, manuais de redação das grandes empresas jornalísticas etc.). Ora, a estratégia publicitária clássica para a venda de qualquer produto é convencer o potencial consumidor da necessidade de preencher alguma carência essencial. Assim, num país em que o acesso à boa educação sempre foi restrito e em que se cristalizou na mentalidade comum o mito de que “brasileiro não sabe português”, nada é mais fácil do que conquistar essa clientela ávida por uma “língua” boa, segura e com selo de qualidade conferido por autoproclamados especialistas na matéria.

I.8 A ignorância e a arrogância dos meios de comunicação no tratamento de questões de linguagem tem sido amplamente examinada e discutida por linguistas brasileiros. As pessoas interessadas podem ler com grande proveito os livros de Maria Marta Pereira Scherre (2005) e Sirio Possenti (2009).

## II. Estudo de caso: a reação da mídia a um livro didático

II.1 O quadro descrito acima acerca da autoeleição da mídia, ou de parcelas importantes dela, como principal “baluarte de defesa da língua” se revelou em todos os seus pormenores ideológicos numa falsa polêmica suscitada exatamente por esses grandes meios de comunicação – desde sempre, como sabemos, estreitamente vinculados e dependentes de grandes grupos econômicos dominados pela nossa reduzida oligarquia. O comportamento desses grandes grupos durante as eleições presidenciais de 2010, acintosamente comprometido com as forças mais conservadoras do espectro ideológico da sociedade brasileira, demonstrou em sua plenitude esse vínculo orgânico entre a chamada grande mídia e a oligarquia. Não por acaso, esses meios de comunicação vêm sendo rotulados de PIG (Partido da Imprensa Golpista) pelos cidadãos inconformados com o antijornalismo praticado tão impunemente por esses meios de comunicação.

II.2 Em maio de 2011, como se se tratasse de um meteoro recém-caído do céu, chegou ao conhecimento dessa mídia o fato de que uma coleção de livros didáticos destinada à educação de jovens e adultos (EJA) trazia “erros de português” e, pior, que autorizaria o uso dessas formas supostamente erradas. A coleção tinha sido adquirida pelo Ministério da Educação e distribuída para mais de meio milhão de alunos no país todo. Foi o suficiente para que se deflagra-se uma onda de protestos levantada principalmente pelos setores mais retrógrados dos nossos meios de comunicação. O que ficou explicitado nesse caso foi a absoluta ignorância (mesclada a uma desonestidade intelectual escancarada) que reina nesses meios no que diz respeito ao que é uma língua e ao que significa ensiná-la nos dias de hoje. A essa ignorância logo se juntou a ideologia política assumidamente conservadora já descrita.

II.3 Logo de início, ficou patente que a ampla maioria dos comentários se produziu **sem que seus autores tivessem se dado ao trabalho mínimo de ler o capítulo do livro em questão**. Abaixo reproduzimos o trecho que gerou essa reação enfurecida:

### ESCREVER É DIFERENTE DE FALAR

É importante saber o seguinte: as duas variantes [norma culta e popular] são eficientes como meios de comunicação. A classe dominante utiliza a norma culta principalmente por ter maior acesso à escolaridade e por seu uso ser um sinal de prestígio. Nesse sentido, é comum que se atribua um preconceito social em relação à variante popular, usada pela maioria dos brasileiros

“Os **livro** ilustrado mais interessante estão emprestado”. Você pode estar se perguntando: “Mas eu posso falar ‘os livro?’.” Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de **preconceito linguístico**. Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas. O falante, portanto, tem de ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião.

Na variedade popular, contudo, é comum a concordância funcionar de outra forma. Há ocorrências como:

**Nós pega o peixe.**

nós - 1ª pessoa, plural

pega - 3ª pessoa, singular

**Os menino pega o peixe.**

menino - 3ª pessoa, ideia de plural (por causa do “os”)

pega - 3ª pessoa, singular

Nos dois exemplos, apesar de o verbo estar no singular, quem ouve a frase sabe que há mais de uma pessoa envolvida na ação de pegar o peixe. Mais uma vez, é importante que o falante de português domine as duas variedades e escolha a que julgar adequada à sua situação de fala.

É comum que se atribua um preconceito social em relação à variante popular, usada pela maioria dos brasileiros. Esse preconceito não é de razão linguística, mas social. Por isso, um falante deve dominar as diversas variantes porque cada uma tem seu lugar na comunicação cotidiana.

A norma culta existe tanto na linguagem escrita como na linguagem oral, ou seja, quando escrevemos um bilhete a um amigo, podemos ser informais, porém, quando escrevemos um requerimento, por exemplo, devemos ser formais, utilizando a norma culta. Algo semelhante ocorre quando falamos: conversar com uma autoridade exige uma fala formal, enquanto é natural conversarmos com as pessoas de nossa família de maneira espontânea, informal.

(*Por uma vida melhor*, Heloísa C. Ramos. São Paulo, Ação Educativa/Global, 2011)

II.4 Qualquer pessoa vinculada à educação linguística no Brasil nos últimos vinte anos (pelo menos), sabe que não existe problema algum no trecho acima. Muito pelo contrário, os especialistas consultados consideraram absolutamente normal, até mesmo banal, a abordagem. Além disso, não houve inovação alguma da parte dos responsáveis pelo livro *Por uma vida melhor* no tratamento da variação linguística: praticamente todos os livros didáticos de ensino de português disponíveis no mercado brasileiro hoje trazem um capítulo, uma unidade, um módulo dedicado à abordagem do fenômeno. Embora nem sempre essa abordagem seja satisfatória (ver críticas que faço a ela em Bagno, 2010), também existem exemplos de um tratamento bem adequado da variação, como podemos ver abaixo:

#### O MITO DA ORIGEM

Muitas pessoas pensam que, quanto mais parecido ou próximo do português de Portugal for o nosso modo de falar, mais “correto”, “nobre” ou “puro” ele seria. Esse é um grande engano.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que o português é derivado do **latim vulgar**, isto é, do latim falado *pelo povo*, pelos soldados romanos que dominaram a península Ibérica, onde fica Portugal.

Em segundo lugar, é muito difícil determinar o que é certo e o que é errado em uma língua, especialmente quando se trata de fala. Veja por quê: há certas palavras — como *fruta*, por exemplo — que são usadas pelos falantes de classe social baixa, pelos que não puderam estudar ou em regiões do interior do Brasil. Quem a considera “errada” por esse motivo, alegando que o “certo” é *fruta*, provavelmente não sabe que a forma *fruta* existia no português arcaico, de Portugal, como apareceu no texto de Gandavo. Para quem acha que, quanto mais antiga a palavra, mais correta, a forma *fruta* deveria ser considerada “mais correta” que *fruta*.

Em outras palavras, nem sempre é possível saber se a variação da língua é **histórica** (isto é, determinada pelo tempo) ou **social** (determinada pela classe social e/ou escolaridade do locutor) ou ainda **regional** (determinada pela região em que se vive). O verdadeiro problema em torno dessa questão é que muitas pessoas nem pensam no assunto e sempre consideram “errado” um modo de falar diferente do seu próprio. Nesse sentido, parecem-se com o europeu que condenava o modo de vida dos indígenas porque era diferente do seu.

(Garcia e Amoroso, 2008, v.8: 44)

A sua experiência de falante de um idioma e as discussões sobre a língua propostas em vários momentos neste livro lhe ajudam a observar que variedades regionais e sotaques são avaliados de forma distinta na nossa sociedade. Uma explicação para isso é o fato de a linguagem estar fortemente ligada à estrutura social e aos sistemas de valores da sociedade. Por exemplo, a língua padrão representa mais *status* e prestígio social do que qualquer outra variante falada no Brasil. Embora o padrão seja muito importante (pois ajuda a manter certa “uniformidade” linguística), não existe nenhum aspecto próprio das variantes não-padrão que as torne piores ou inferiores. As atitudes de desrespeito, de deboche contra dialetos não-padrão, são atitudes que refletem a estrutura da sociedade.

A partir do momento em que percebemos que a variante linguística falada por nós (tanto quanto a roupa que vestimos, por exemplo) tem, para esta sociedade, um significado, fica mais fácil entender que a língua pode constituir uma forma de manifestação de poder.

(Albergaria, Fernandes e Espechit, 2008, v. 8: 252)

- Você agora é um(a) advogado(a) de defesa, e seu cliente é o “a gente **somos**”. Argumente a favor de seu uso: que razões você poderia apresentar para provar que esta seria uma forma mais lógica de falar do que “a gente **é**”? (*ibid.*, v. 5: 121)
- Você notou como os meninos do poema pronunciam a palavra **carvoeiro**? Eles dizem “**carvoero**”. Esse fenômeno **da fala** é mais comum do que você pode imaginar e não constitui (**na fala!**) um problema. O problema acontece no momento de escrever. Por isso, é importante entendermos que A ESCRITA APENAS **REPRESENTA** A FALA.

A escrita **não é a reprodução idêntica** da fala. Se fosse, não teríamos uma escrita única, e sim várias. Você já reparou como a mesma palavra pode ser pronunciada de várias maneiras? Um gaúcho, por exemplo, não pronuncia **leite** da mesma forma que um mineiro. Mas ambos — gaúcho e mineiro — escrevem **leite** da mesma maneira. [...] Agora você vai ser um aprendiz de linguista (este é o nome dado às pessoas que estudam uma língua ou idioma) e fazer o trabalho proposto a seguir:

1. Liste palavras do português que tenham o ditongo “ei” e que, **quando faladas**, ficam como a palavra **carvoeiro** do poema (ou como o nome do autor, **Bandeira!**).
  2. Liste substantivos que tenham o ditongo “ou”, que passa pelo mesmo processo estudado aqui. Veja dois exemplos: **trouxa** (pronuncia-se “trôxa”), **tesouro** (“tesôro”).
  3. Liste verbos terminados em “ou”. Para isso, eles terão que estar na 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito. Veja dois exemplos: **falou**, **cantou**.
  4. Liste substantivos que tenham o ditongo “ai”, que também passa pelo mesmo processo. Veja dois exemplos: **caixa** (som de “cáxa”), **faixa** (“fáxa”). (Albergaria et al., 2008, v. 5: 166) [...]
- 4. Algumas palavras arcaicas, como **entonces**, **adonde**, **embigo** e **barrer**, ainda são usadas na língua popular. Formule uma hipótese para explicar por que isso acontece. (*ibid.*, v. 8: 244) [...]
  - 3. Procure explicar, valendo-se das regras de funcionamento da língua, por que algumas pessoas falam “Há menas alunas que alunos na sala”. (*ibid.*, v. 8: 251)

No texto, Seu Ico conta seus causos em uma linguagem que reproduz o jeito de falar próprio de certas regiões do estado de São Paulo: o falar caipira. Esse falar não é reproduzido na escrita exatamente da mesma maneira como o povo o emprega, pois **um texto escrito não consegue reproduzir o jeito como as pessoas falam, apenas representá-lo.**

Será que todas as expressões usadas por Seu Ico são empregadas apenas pelo caipira? Leia as frases a seguir:

- Não pode caçá neste lugar.
- Qué sabê?
- Pois vô sem medo.
- Disparô o alarme do carro!

a) Você identificou se alguma dessas palavras faz parte do seu jeito de falar?

(C. Silva, E. Silva, Araújo e Oliveira, 2008, v. 5: 178)

6. Vejamos as diferenças entre o vocabulário do Chico Bento e o das pessoas escolarizadas que vivem nos grandes centros:

- bas tarde: boa tarde
- perciso: ...;
- inté: ...;
- ladrio: ... .
- drento: ...;

Agora vejamos algumas semelhanças entre a fala do Chico Bento e do tio Alípio e a das pessoas escolarizadas das cidades:

- bunita: ...;
- banhero: ...;
- otra: ...;
- treis: ...;
- fechá: ...;
- primera: ...;
- aparecê: ...;
- isqueça: ... .

Você reparou que houve mais semelhanças do que diferenças?

(Gusso e Finau, 2008, 5: 41)

II.6 Ora, examinando os exemplos acima, podemos até dizer que o tratamento dado à variação linguística no livro *Por uma vida melhor* é conservador, a começar pelo título, “Escrever é diferente de falar”, que faz uma separação entre escrita e fala que não tem mais cabimento nos dias de hoje, diante das pesquisas intensas feitas no campo do letramento e diante do desenvolvimento das tecnologias de informação, que transformaram fala e escrita praticamente numa coisa só (ver Corrêa, 2004).

II.7 O escândalo da mídia, portanto, é fruto de sua profunda ignorância a respeito do que significa ensinar língua hoje no Brasil e em várias partes do mundo. Essa ignorância se aliou à arrogância dos que se acham imunes a toda crítica e dotados do poder de criticar ampla e irrestritamente – tudo isso contra o pano de fundo ideológico conservador, quando não francamente retrógrado. Essa **ignorarrogância** foi tão patente que quase nos impede de acusar os jornalistas de má-fé.

II.8 Ficou evidente que a maior parte dos comentários foi feita “de ouvido”, sem a preocupação mínima com a leitura da obra – o que é prova incontornável do caráter essencialmente **político-ideológico** da pseudopolêmica, um caráter que podemos

qualificar, sem susto, de **fascista** ou no mínimo **fascistoide**. É a reação de quem não entende nada do assunto, mas se acha suficientemente habilitada/o para discutir o tema com base exclusivamente em sua visão de mundo reacionária.

II.9 Por outro lado, para deixar ainda mais a nu a ignorância generalizada dos meios de comunicação, todas as entidades representativas dos linguistas e educadores brasileiros se manifestaram favoráveis à coleção e protestaram contra a deturpação que a mídia promoveu do conteúdo da obra<sup>1</sup>: Associação Brasileira de Linguística (**Abralin**), Associação de Linguística Aplicada do Brasil (**Alab**), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (**Undime**), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (**ANPEd**), Associação Nacional de Política e Administração da Educação (**ANPAE**), a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (**ANFOPE**), Centro de Estudos Educação e Sociedade (**CEDES**) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (**CNTE**), além de muitos intelectuais que emprestaram sua voz ao protesto contra a distorção dos atos. É claro que a Academia Brasileira de Letras, para surpresa de ninguém, se manifestou contra o livro didático (ver depoimentos abaixo de Marcos Villaça e Evanildo Bechara, além do de Merval Pereira, eleito para a Academia durante a polêmica).

II.10 A tentativa de desinformar a população se fez, nessa ocasião, por meio de uma **mentira** repetida incessante e inescrupulosamente na mídia: a de que o livro “ensina a falar errado”. A simples leitura do trecho que citamos deixa evidente essa tentativa de deformar a opinião pública. Mas não foram poucas as pessoas que comprometeram seu nome na divulgação dessa mentira e na crítica irracional de algo que o livro em questão jamais fez (os grifos abaixo são meus):

**CLÓVIS ROSSI** - Inguinorança

**SÃO PAULO** - Não, leitor, o título acima não está errado, segundo os padrões educacionais agora adotados pelo mal chamado Ministério de Educação. Você deve ter visto que o MEC deu aval a **um livro que se diz didático no qual se ensina que falar "os livro" pode**.

Não pode, não, está errado, é ignorância, pura ignorância, má formação educacional, preguiça do educador em corrigir erros. Afinal, é muito mais difícil ensinar o certo do que aceitar o errado com o qual o aluno chega à escola. [...] *Folha de S.Paulo*, 15 mai 2011.

Achei um **despautério** essa proposta que está contida nesse livro, e acho que a melhor coisa que o MEC faria seria recolher os livros e voltar com outro caminho. Esse caminho não dá, está equivocado!... É isso que eu acho e a Academia Brasileira de Letras pensa igual, pela unanimidade dos seus membros.

(**Marcos Villaça**, presidente da Academia Brasileira de Letras)

(<http://www.brasiliaemdia.com.br/2011/5/20/marcos-vilaca---dois-e-dois-sao-cinco-8460.htm>, acesso em 28 jun 2011)

<sup>1</sup> A ONG Ação Educativa, que assessorou a produção desses livros didáticos, preparou um dossier em que apresenta a falsa polêmica e reproduz textos produzidos por especialistas em defesa da obra. Ver em <[www.acaoeducativa.org](http://www.acaoeducativa.org)>.

Há um **aspecto perverso** nessa crise do livro didático de português, que o MEC insiste em manter em circulação, que ultrapassa qualquer medida do bom-senso de um governo, qualquer governo. A pretexto de defender a fala popular como alternativa válida à norma culta do português, o Ministério da Educação **está estimulando os alunos brasileiros a cultivarem seus erros**, que terão efeito direto na sua vida na sociedade e nos resultados de exames, nacionais e internacionais, que avaliam a situação de aprendizado dos alunos, debilitando mais ainda a competitividade do país. [...]  
(Merval Pereira, *O Globo*, 17 mai 2011)

Perguntinha básica para o MEC, mais uma vez centro dessa polêmica que revela o rebaixamento de seus quadros, em sua maioria ali chegados por indicação partidária, e não por mérito: se os alunos podem continuar a falar e a escrever "os livro", "nós vai" etc., o que é que eles e os professores estão fazendo na escola? [...]

Deveríamos todos ter sido alunos dessa professora, autora do livro *Por uma vida melhor*, que integra uma coleção chamada "Viver, Aprender", e foi adotado pelo Ministério da Educação? Ou temos que respeitar quem pensa diferentemente dela, ao lado de professores como Sérgio Nogueira, Cláudio Moreno e Evanildo Bechara, entre outros?

[...] E ainda não tínhamos chegado ao Armagedon de *Os Sertões*, quando até os primeiros da classe se achariam analfabetos completos diante do estilo e das palavras do autor que tinha sido morto pelo amante da própria mulher.

Um dos nossos foi ainda mais catastrófico: "Já pensou se ele sobrevivesse? Morreu aos 43 anos e já escrevia assim! Aos sessenta, usaria todo o dicionário e mais um pouco. Bom, dele só sei que nasceu em Cantagalo e morreu no Rio".

**Coitado daquele colega. Não gostava de literatura nem de mulher.** E não pôde esperar o voto do STF consagrando o que ele mais praticava, a **homoafetividade que naqueles tempos tinha sua designação resumida ao nome de um animalzinho muito querido**, o Bambi, que ainda não saltitava nas savanas do Discovery, apenas nos quadrinhos de Walt Disney. [...]

Pois é. Os tempos e os costumes brasileiros nos levaram a esses **descalabros**, mas convém olhar todo o panorama. A polêmica, conquanto incendiária, dá conta de apenas um aspecto de nosso fracasso educacional. Muitos outros temas e problemas continuam encobertos e é por isso que é estratégico dar um jeito de controlar a mídia, **do contrário vamos acabar sabendo de tudo!** E ficaremos ainda mais espantados!

(Deonísio da Silva, *Observatório da Imprensa*, nº 542, 17 mai 2011)

O livro *Por uma Vida Melhor* é um **equivoco**. Estão confundindo um problema de ordem pedagógica com uma discussão sociolinguística que valoriza o linguajar popular. Ninguém discorda que a expressão popular tem validade como forma de comunicação, entretanto, ela não apresenta vocabulário nem tampouco **estatura gramatical** que permitam desenvolver ideias de maior complexidade, tão essencial a uma sociedade que deseja evoluir. **Por isso acho que não cabe às escolas ensiná-las.**

– *Como o domínio da língua culta pode contribuir para o futuro do país?*

Forjando cidadãos para preencher vagas que demandem alta qualificação, algo crucial para a economia. Ao questionar a necessidade do estudo da gramática em escolas do país, linguistas como Marcos Bagno e tantos outros, estão **nivelando por baixo** o ensino do português. Com isso, acabam reduzindo as chances de milhões de brasileiros aprenderem a se expressar com correção e clareza. Para ocupar um bom lugar no mercado de trabalho é pré-requisito principal que as pessoas **não saiam por ai** dizendo **NÓS PEGA O PEIXE**, **versão ensinada no livro** distribuído pelo MEC. (Evanildo Bechara, “Em defesa da gramática”, *Veja*, 29 mai 2011)

O Ministério da Educação decidiu **não tomar conhecimento da adoção** em escolas públicas do livro *Por uma Vida Melhor*, que **“ensina” a língua portuguesa com erros de português**. Avalizou, quando autorizou a compra e a distribuição, e depois corroborou seu apoio àquela **ode ao desacerto** ao resolver que a questão não lhe diz respeito.

Fica, portanto, estabelecido que o ministério encarregado dos assuntos educacionais no Brasil, além de desmoralizar os mecanismos de avaliação de desempenho escolar, **não vê problemas em transmitir aos alunos o conceito de que as regras gramaticais são irrelevantes**.

Pelo raciocínio, concordância é uma questão de escolha. Dizer “nós pega o peixe” ou “nós pegamos o peixe” dá no mesmo. “Os menino” ou “o menino”, na avaliação do MEC, são duas formas “adequadas” de expressão, conforme o conceito adotado pela autora, Heloísa Ramos, note-se, professora.

**A opção pelo correto passa a ser considerada explicitação de “preconceito linguístico”.**

[...] Tal deformação tem origem na plena aceitação do uso impróprio do idioma por parte do ex-presidente Lula, cujos erros de português se tornaram inimitáveis, por supostamente simbolizarem a mobilidade social brasileira.

Corrigi-los ou cobrar o uso correto da língua pelo primeiro mandatário da nação viraram ato de preconceito.

Eis o resultado da celebração da ignorância, que, junto com a banalização do malfeito, vai se confirmando como uma das piores heranças do modo PT de governar.

(Dora Kramer, *O Estado de S. Paulo*, 17 mai 2011)

II.11 No texto de Dora Kramer, a **ignorarrogância** da jornalista, de tão explícita, chega a ser obscena: enquanto o livro didático diz que **a falta de concordância é que pode levar ao preconceito linguístico contra quem a pratica**, Kramer escreve que “a opção pelo correto passa a ser considerada preconceito linguístico”. A abertura do texto já é absurda: “O Ministério da Educação *decidiu não tomar conhecimento da adoção* em escolas públicas do livro *Por uma Vida Melhor*” – como assim, se foi o próprio Ministério que mandou avaliar, comprar e distribuir o livro? O total desconhecimento de causa de Dora Kramer também se evidencia em atribuir a suposta “deformação” à chegada de Lula ao poder – ora, o tratamento da variação linguística nos livros didáticos se tornou item obrigatório no ensino de língua a partir da publicação em 1997 dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, na primeira gestão de Paulo Renato Souza como ministro da Educação do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso – governo que instituiu o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). A postura francamente reacionária dessa jornalista, porém, é bastante conhecida. Aliás, ela mesma comete “erros de concordância” ao assumir tal postura, como deixei claro na análise que fiz de alguns textos seus em meu livro *A norma oculta* (Bagno, 2003).

II.12 Comentários infundados ou, melhor, fundados na mesma mentira, também foram expressos no rádio e na televisão por pessoas como **Jô Soares, Arnaldo Jabor, Carlos Alberto Sardenberg, William Waack, Carlos Monforte** entre outras (decerto mais numerosas do que podemos mencionar aqui).

II.12 O auge da insanidade ocorreu – de novo para surpresa de ninguém – nas páginas da revista *Veja* e nos blogues associados a ela. Não precisamos reproduzir aqui em toda a extensão essas manifestações irracionais, que caracterizam praticamente tudo o que se publica ali: vamos poupar o estômago dos nossos leitores.

II.13 Numa reportagem intitulada “As lições do livro que desensina” (*Veja*, 20 de maio 2011), **Nathalia Goulart** faz uma retrospectiva deturpada do surgimento da sociolinguística nos Estados Unidos, citando o nome de William Labov e dizendo que “a teoria sociolinguística começou a se *infiltrar* no sistema educacional brasileiro” na década de 1980, como se fosse alguma espécie de doença contagiosa. Em seguida, diz que essa teoria foi misturada com um “blá-blá ideológico” sobre preconceito e classes dominantes, culminando em livros como *Por uma vida melhor*. Outros termos empregados pela autora são “instrumento de desensino” e “aulas para desaprender”.

II.14 Levando ainda mais ao extremo (como se fosse possível) essa reação típica do conservadorismo empedernido, a reportagem “Os adversários do bom português” (*Veja*, 23 de maio de 2011), assinada por **Renata Betti e Roberta de Abreu e Lima** emprega as seguintes expressões para se referir à linguística, à sociolinguística e ao moderno ensino de língua nas escolas: “tese absurda”, “falsos intelectuais”, “desserviço aos jovens”, “motor ideológico dos obscurantistas”, “desvarios dos talibãs acadêmicos”, “lixo acadêmico travestido de vanguarda intelectual”.

II.15 Algumas dessas pessoas (como **Deonísio da Silva e Evanildo Bechara**) alegaram que a escola não é lugar para fazer sociolinguística, que o estudo da variação linguística deve ficar restrito às discussões acadêmicas. Se é assim, por que não impedir também que em todas as demais disciplinas escolares se proíba a apresentação dos avanços das outras ciências? Teremos de voltar a ensinar química,

Física, Biologia, Geografia, História como se fazia no século XIX? Se a educação se vale dos avanços das ciências em todas as disciplinas do currículo, por que só nas aulas de língua não podemos aplicar os conhecimentos adquiridos nos últimos duzentos anos pelas ciências da linguagem? Por que esse obscurantismo anticientífico somente quando o assunto é língua? Se os astrônomos decidiram excluir Plutão da lista dos planetas, e se essa informação vem estampada agora em todos os livros didáticos de ciências, por que não podemos apresentar aos alunos as noções de *variação linguística*, de *norma linguística*, de *estigma e prestígio* etc.? Somente porque essa abordagem implica uma discussão das estruturas sociais e das hierarquias de poder? É essa discussão que a reportagem obscurantista chama de “lixo acadêmico travestido de vanguarda intelectual”? Toda a vasta produção mundial de estudos sociolinguísticos, na qual o Brasil se destaca como um dos centros mais importantes? Só pode ser...

II.16 O grande disparador da fúria conservadora foi, decerto, o verbo *poder*, empregado no texto do livro didático:

“Os **livro** ilustrado mais interessante estão emprestado”. Você pode estar se perguntando: “Mas eu posso falar ‘os livro?’.” Claro que pode.

II.17 Conferir *poder* aos falantes das variedades estigmatizadas é a grande ameaça, o fantasma que paira no inconsciente de muitos dos defensores dos interesses da pequena oligarquia e, sem dúvida, no consciente daqueles que fazem essa defesa do modo mais autoritário – e, como se viu, ignorante – possível. Nada surpreendente para quem já leu, por exemplo, *A ordem do discurso*, de Michel Foucault (1971: 52):

Tudo se passa como se interditos, barragens, patamares e limites tivessem sido dispostos de maneira que seja controlada, ao menos em parte, a grande proliferação do discurso, de maneira que sua riqueza seja aliviada de sua parte mais perigosa e que sua desordem seja organizada segundo figuras que esquivam o mais incontrolável; tudo se passa como se se tivesse querido apagar até as marcas de sua irrupção nos jogos do pensamento e da língua. Existe decerto em nossa sociedade ... uma profunda logofobia, uma espécie de temor surdo contra esses acontecimentos, contra essa massa de coisas ditas, contra o surgimento de todos esses enunciados, contra tudo o que pode haver neles de violento, de descontínuo, de batalhador, de desordem também e de perigoso, contra esse grande burburinho incessante e desordenado do discurso.

II. 18 Mas ler (e compreender) Foucault já é pedir demais a jornalistas que só leem o que eles mesmos escrevem, encarapitados no ponto mais alto da ordem do discurso que é, também, ao menos no caso da nossa “grande mídia”, o ponto mais alto da ignorância – ignorância que eles, por pura ignorância, sempre atribuem aos fantasmas que tanto os apavoram...

**REFERÊNCIAS**

- Albergaria, Lino; Fernandes, Márcia & Espescht, Rita (2008): *Português na ponta da língua*. São Paulo, Quinteto.
- Bagno, Marcos (2003): *A norma oculta. Língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo, Parábola.
- Bagno, Marcos (2010): *Gramática, pra que te quero? Os conhecimentos linguísticos nos livros didáticos de português*. Curitiba, Aymarã.
- Foucault, Michel (1971): *L'ordre du discours*. Paris, Gallimard. [Tradução brasileira: *A ordem do discurso*. São Paulo, Loyola, 5ª ed., 1999.]
- Garcia, Ana Luíza M. & Amoroso, Maria Betânia (2008): *Olhe a língua!* São Paulo, FTD.
- Gusso, Ângela M. & Finau, Rossana A. (2008): *Rumo ao letramento*. Curitiba, Base.
- Possenti, Sirio (2009): *Língua na mídia*. São Paulo, Parábola.
- Scherre, Maria Marta P. (2005): *Doa-se lindos filhotes de poodle. Variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo, Parábola.
- Silva, Cícero de O.; Silva, Elizabeth Gavioli O.; Araújo, Lucy A. M. & Oliveira, Tania A. (2008): *Tecendo linguagens*. São Paulo, IBEP.